

ANTHONY GIDDENS

*Professor de Sociologia da  
Universidade de Cambridge*

A  
**Estrutura  
de Classes**  
das Sociedades  
Avançadas

*Tradução de*

MÁRCIA BANDEIRA DE MELLO LETTE NUNES

*Revisão técnica de*

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

ZAHAR EDITORES

Rio de Janeiro

## VII

### REPENSANDO A TEORIA DE CLASSES (II)

#### 1. ELITES E PODER

Como insiste Marx, a estrutura de mercado do capitalismo depende de uma forma definida de poder político, uma forma específica de Estado. Nesse sentido, Poulantzas está bastante correto ao afirmar que “classe social é um conceito que indica os efeitos de uma totalidade de estruturas, a expressão de um modo de produção ou uma formação social nas ações dos que são seus portadores: é um conceito que designa os efeitos da estrutura total no campo das relações sociais”.<sup>1</sup> Em abstrato, a forma do Estado capitalista depende de uma separação das esferas de hegemonia política e econômica, garantida em termos de direitos da propriedade privada. Mas, como assinalai, além dos estudos históricos do “Bonapartismo”, Marx deu pouca atenção à natureza das conexões de poder político e econômico. Isso pode ser expresso outra vez como um problema de *mediação*. Uma das ênfases mais características da perspectiva marxiana é que, no capitalismo especialmente (mas também, num sentido geral, em tipos anteriores de sistema de classes), o domínio do “político” está subordinado ao do “econômico”. O que permanece relativamente obscuro em Marx é a forma específica dessa dependência, e como ela é expressa concretamente na dominação da classe dominante.<sup>2</sup> A importância desse ponto, como já indiquei acima, não está confinada à análise da estrutura social do capitalismo, mas repousa

1. Poulantzas, *op. cit.*, p. 68.

2. A maioria dos autores marxistas posteriores ou ficou satisfeito com as afirmações mais generalizadas sobre a questão, ou quis “assoviar e chupar cana”, insistindo que o capitalismo é denominado por uma classe dominante que, na realidade, não “domina”; cf. novamente Poulantzas, *op. cit.*, pp. 36 e segs.

diretamente sobre a questão do caráter da inexistência de classes do socialismo. Está relacionada, além do mais, às questões trazidas a primeiro plano pela crítica da perspectiva marxiana feita pelos “teóricos de elite” do início do século. A substância dessa crítica nos escritos de autores como Pareto e Mosca, pode ser expressa como tentativa de transformar o conceito de classe de Marx, baseado nas relações de produção, numa diferenciação essencialmente *política* entre os “que dominam” e os que “são dominados” — uma transmutação que foi, na verdade, tornada possível pela falha de Marx em especificar de modo sistemático as formas pelas quais a hegemonia econômica da classe capitalista “transforma-se” na dominação política da classe *governante*. Se o que ocorre é apenas que o controle econômico produz diretamente o poder político, abre-se o caminho para a afirmação de que no socialismo, assim como no capitalismo (na verdade, como em qualquer outro tipo de sociedade complexa), quem quer que controle os meios de produção alcança, por seu intermédio, a dominação política como classe dominante. O movimento da história do capitalismo para o socialismo é, assim, concebido como simples sucessão de “classes dominantes” (“elites”), como na “teoria de elites” clássica ou, mais especificamente, como a emergência do tipo de classe governante “gerencial” ou “tecnocrática” descrita nas obras de Burnham, e mais recentemente em algumas das variantes da teoria da “sociedade tecnocrática”.<sup>3</sup>

Os pontos em debate entre a perspectiva de Marx e a “teoria de elite” complicaram-se ainda mais em anos recentes pelo emprego de conceitos retirados da última, tais como o de “elite do poder”, como se fossem sinônimos do de “classe dominante”. Antes de examinar em detalhes a natureza dos laços entre os poderes político e econômico, em relação à teoria de classes de Marx, será útil esclarecer o uso dos termos “classe dominante”, “elite”, “elite de poder”, “classe governante etc., o que envolve, em parte, observar mais de perto do que no capítulo precedente a estruturação da classe alta.

Na análise que se segue, estarei fundamentalmente interessado em desenvolver um conjunto de formulações que iluminam distinções conceptuais significativas, mais do que em aderir ao uso terminológico convencional — se é que se pode dizer que há uma prática con-

3. Ver adiante, pp. 313-318.

vençional num campo no qual tem havido tanta confusão.<sup>4</sup> Sugiro que, dadas as distinções colocadas a seguir, pode haver uma “classe governante” sem que seja, necessariamente, uma “classe dominante”; que pode existir uma “elite de poder” sem que seja, necessariamente, tanto uma “classe governante” quanto uma “dominante”; que pode haver um sistema do que chamo de “grupos de liderança” que não constitua nem uma “classe dominante”, nem uma “classe governante”, nem uma “elite de poder”; e que *todas* essas formações sociais são, em princípio, compatíveis com a existência de uma sociedade que seja “capitalista” em sua organização. Para começar, são necessárias algumas observações elementares sobre a noção de “elite”. Como é algumas vezes empregado, o termo “elite” pode-se referir aos que “lideram” em qualquer categoria de atividade dada; a atores e desportistas, assim como a “líderes” políticos e econômicos. Há evidentemente, entretanto, uma diferença entre os primeiros e os segundos, na medida em que os primeiros “lideram” em termos de uma espécie de escala de “fama” ou “realização pessoal”, enquanto que o segundo uso pode ser tomado em referência a pessoas que estão no topo de uma organização social específica com sua estrutura de autoridade interna (o Estado, uma empresa econômica etc.). Usarei a expressão “grupo de elite” neste último sentido para designar os indivíduos que ocupam posições de autoridade formal no topo de uma organização social ou instituição; e “elite”, muito em geral, para me referir tanto a um grupo de elite quanto a um aglomerado de grupos de elite.

Nesses termos, pode-se dizer que um aspecto principal da estruturação da classe alta diz respeito, em primeiro lugar, ao processo de mobilidade ou recrutamento para posições de elite e, em segundo lugar, ao grau de “solidariedade” social dentro de, e entre, grupos de elite. A estruturação média refere-se ao grau de “fechamento” do processo de recrutamento para posições de elite, em favor daqueles saídos de origens proprietárias. A estruturação próxima depende sobretudo da frequência e da natureza dos contatos sociais entre os membros de grupos de elite. Esses contatos podem tomar várias formas, inclusive a formação de laços de casamento ou a existência de outros laços de parentesco, o predomínio de laços pessoais de conhecimento ou amizade etc. Se o grau de “integração” social de

4. Nesta seção deste capítulo, me baseei em parte de meu artigo “Elites in the British Class Structure”, *Sociological Review*, 20, 1972.

grupos de elite é alto, é provável que também haja um alto grau de solidariedade moral caracterizando a elite como um todo e, provavelmente, uma baixa incidência não só de conflitos latentes como manifestos entre eles. Nunca houve nenhuma elite, embora solidária, que estivesse livre de conflitos e lutas; mas o grau e a intensidade abertas variam enormemente e, assim, é razoável falar claramente de diferenciais na solidariedade de grupos de elite. Combinando esses dois aspectos da estruturação, podemos estabelecer uma tipologia de formações de elite.

## Recrutamento

		Aberto	Fechado
Integração	Alta	elite solidária	elite uniforme
	Baixa	elite abstrata	elite estabelecida

Elite “uniforme” é a que compartilha os atributos de ter um padrão restrito de recrutamento e de formar uma unidade de laços relativamente estreitos. Quase não é necessário enfatizar que as classificações acima não são de um caráter “tudo ou nada”. Observou-se que mesmo entre as aristocracias tradicionais nunca houve um padrão completamente fechado de recrutamento, algo de que só o sistema de castas indiano aproximou-se — todas as elites abrem seus quadros, numa certa medida, a indivíduos das ordens inferiores, e podem intensificar a sua estabilidade por meio disso. Um tipo relativamente fechado de recrutamento, entretanto, fornece, provavelmente, o tipo de processo de socialização coerente que origina um alto nível de solidariedade entre (e dentro de) grupos de elite. Mas é factível encarar a existência de exemplos que se aproximam mais do caso de uma elite “estabelecida”, onde há um padrão relativamente fechado de recrutamento, mas só um baixo nível de integração entre os grupos de elite. Uma elite “solidária”, conforme definida na classificação, pode também parecer envolver uma combinação improvável de elementos, à medida que pode parecer difícil atingir um alto grau de integração entre os gru-

pos de elite cujos membros sejam retirados de diversos antecedentes de classe. Mas, embora esse tipo de formação social talvez seja raro nas sociedades capitalistas, pelo menos alguns dos Estados de países socialistas ajustam-se nitidamente a essa categoria: o Partido Comunista é o principal canal de acesso a posições de elite e, embora forneça um caminho de mobilidade para indivíduos retirados em proporções substanciais de origens muito inferiores, ao mesmo tempo assegura um alto grau de solidariedade entre os grupos de elite.<sup>5</sup> Uma elite “abstrata”, envolvendo tanto o recrutamento relativamente aberto quanto um nível baixo de solidariedade de elite, qualquer que seja a sua realidade empírica, aproxima-se bastante da imagem de algumas sociedades capitalistas contemporâneas conforme desenhadas nos escritos dos teóricos da chamada “democracia pluralista”.

A distinção entre os tipos diferentes de formação de elite, em si mesma, não nos capacita a conceptualizar o fenômeno do poder. Como no caso da própria estruturação de classes, podemos distinguir duas formas de mediação de relações de poder na sociedade. Chamarei a primeira de mediação *institucional* de poder; a outra, de mediação de poder em termos de *controle*. Com a expressão mediação institucional de poder, quero referir-me à forma geral de Estado e economia dentro da qual os grupos de elite são recrutados e estruturados. Isso concerne, entre outras coisas, ao papel da propriedade na organização global da vida econômica, à natureza do quadro de referência legal que define direitos e obrigações políticas e econômicas, e à estrutura institucional do próprio Estado. A mediação de controle diz respeito ao poder real (efetivo) para a formação de políticas e tomada de decisões dos membros de grupos de elite particulares; a intensidade, por exemplo, em que os líderes econômicos podem influenciar as decisões tomadas pelos políticos etc. Falando de outro modo, podemos dizer que o poder tem dois aspectos: um aspecto “coletivo”, no sentido de que os “parâmetros” de qualquer conjunto concreto de relações de poder dependem de sistema global de organização de uma sociedade; e um aspecto “distributivo”, significando que certos grupos podem exercer sua vontade às expensas de outros.<sup>6</sup> A mediação de controle se expressa, assim, em termos de poder “efetivo”, manifesto em termos

5. Ver adiante, pp. 297-299.

6. cf. Talcott Parsons, “On the Concept of Political Power”, *Proceedings of the American Philosophical Society*, 107, 1963. O erro na análise de Parsons, entretanto, é afirmar ou tornar implícito que o aspecto “coletivo” de poder não pode ser assimétrico em suas conseqüências para os diferentes grupamentos na sociedade.

da capacidade tanto de tomar quanto de influenciar a tomada de decisões que afetam diferentemente os interesses de dois ou mais partidos.

Podemos separar conceptualmente dois fatores variáveis ao analisar o poder efetivo (ou seja, poder conforme diferenciado de "autoridade formal") quanto a tipos de formação de elite. O primeiro refere-se à extensão em que tal poder está "consolidado" nas mãos de grupos de elite; o segundo, à "força-de-mando" do poder manipulado por aqueles que estão em posições de elite. Enquanto o primeiro designa limitações sobre o poder efetivo, derivadas de limitações impostas de "baixo", o último concerne à extensão em que o poder está limitado *porque só pode ser exercido em relação a um âmbito de pontos restritos*. Assim, geralmente se toma como característica das sociedades capitalistas contemporâneas a existência de limitações intimamente definidas dos pontos sobre os quais os grupos de elite podem exercer controle.<sup>7</sup> Combinando esses dois aspectos de poder efetivo conforme exercido por grupos de elite, podemos estabelecer uma classificação de formas de estrutura de poder. Como a tipologia anterior, isso estabelece uma combinação abstrata de possibilidades; pode-se quase afirmar que não é mais do que uma categorização elementar de um conjunto muito complexo de fenômenos, e as etiquetas aqui aplicadas não extinguem, de maneira alguma, a variedade de características que são quase sempre agrupadas sob esses termos.

"Força-de-Mando"

	Ampla	Restrita
Poder Consolidado	Autocrático	Oligárquico
Poder Difuso	Hegemônico	Democrático

De acordo com essas definições, a consolidação do poder efetivo é maior onde ele não é restrito a limites claramente definidos em termos de seu "alcance lateral" ("força-de-mando" amplo), e onde esteja concentrado nas mãos da elite ou de um grupo de elite. A detenção do poder é mais "oligárquica" do que "autocrática" quando o grau de centralização de poder nas mãos de grupos de elite é alto, mas onde a

7. Como nas "elites estratégicas" de Keller. Ver Suzanne Keller, *Beyond the Ruling Class* (Nova York, 1963).

“força-de-mando” daquele poder é limitada. No caso do controle “hegemônico”, os que se encontram em posições de elite manipulam um poder que, embora não seja de âmbito claramente definido, é limitado a uma amplitude restrita de pontos, é “superficial”. Uma ordem “democrática”, nesses termos, é aquela em que o poder efetivo de grupos de elite é limitado em ambos os aspectos.

Por fim, juntando ambas as classificações formuladas acima, podemos estabelecer uma tipologia global de formações de elite e poder no interior da estrutura de classes. Isso possibilita um esclarecimento dos quatro conceitos já mencionados — “classe dominante”, “classe governante”, “elite de poder” e “grupos de liderança”. Deve-se enfatizar que estes se entrecruzam parcialmente com alguns dos usos existentes na literatura sobre classe e teoria de elite. O termo de Pareto “classe governante” não é, aqui, como nos escritos do próprio Pareto, uma substituição do termo “classe dominante” de Marx; nesse esquema, uma classe governante está “um passo abaixo”, tanto em termos de formação de elite quanto de detenção de poder, de uma “classe dominante”.

	Formação de Elite	Detenção de Poder
Classe Dominante	Elite Uniforme/ Estabelecida	Autocrática/ Oligárquica
Classe Governante	Elite Uniforme/ Estabelecida	Hegemônica/ Democrática
Elite de Poder	Elite Solidária	Autocrática/ Oligárquica
Grupos de Liderança	Elite Abstrata	Hegemônica/ Democrática

Nesse esquema, o caso “mais forte” de classe dominante é definido como aquele em que uma elite uniforme manipula poder “autocrático”; o caso mais fraco é aquele no qual uma elite estabelecida detém poder “oligárquico”. Onde um padrão de recrutamento relativamente fechado está relacionado ao prevalecimento de restrições

definidas sobre o poder afetivo de grupos de elite, há uma classe governante, mas não uma classe dominante. Uma classe governante chega a ser uma classe dominante quando uma elite uniforme possui poder "hegemônico", e aproxima-se mais de grupos de liderança quando uma elite estabelecida detém o poder "democrático". Quando uma classe governante envolve a combinação de uma elite estabelecida e de poder "hegemônico", ela está perto de ser uma elite de poder. Uma elite de poder distingue-se de uma classe dominante em termos de padrão de recrutamento, assim como uma classe governante se distingue de um sistema de grupos de liderança. O último existe onde os grupos de elite detêm poder limitado, e onde, além disso, o recrutamento de elite é de caráter relativamente aberto.

Em termos da mediação de controle, essa classificação deixa indefinida a primazia relativa do poder de qualquer grupo de elite sobre outros. Isso pode ser expresso conceptualmente em referência à natureza da *hierarquia* que existe entre os grupos de elite. Há uma hierarquia entre os grupos de elite à medida que tal grupo detém poder de uma força-de-mando mais ampla do que outros e pode, portanto, exercer um grau de controle sobre as decisões tomadas por todos os que estão em seu interior. Assim, pode acontecer que a elite econômica, ou alguns de seus setores, possam condicionar significativamente as decisões políticas através do emprego da "influência", "indução" ou controle "direto" de posições políticas — *i.e.*, por meio do fato de que os membros da elite econômica são também ocupantes de posições políticas. Podemos referir-nos a todos esses modos de obtenção, ou luta pela obtenção, de controle como o *meio de intercâmbio* entre os grupos de elite. Uma das principais tarefas da análise de formações de elite é precisamente examinar a forma de intercâmbio que opera entre os grupos de elite em qualquer sociedade, com o objetivo de determinar os tipos de hierarquia da elite que existem.

É bastante óbvio que as formas de hierarquia de elite que prevalecem numa sociedade não são independentes da mediação institucional de poder, mas é errado admitir, como a maioria dos escritores provavelmente o fez, que as duas são analiticamente inseparáveis. Em outras palavras, as linhas básicas da economia e da política que levam à existência de classes são compatíveis com várias relações possíveis entre elites e poder — algo não adequadamente permitido tanto na teoria do Estado capitalista de Marx quanto na de Weber.

A concepção de Marx, quer na sua versão mais simples ou na mais sutil,<sup>8</sup> trata o Estado essencialmente como uma “expressão” das relações de classes geradas no mercado. O poder político “desaparece” quando o Estado capitalista é ultrapassado, porque esse Estado representa ou coordena diretamente o sistema de dominação de classes. Em geral, o tratamento que Marx dá ao Estado está muito mais imerso naquela tradição do pensamento social do século XIX, também encontrada na economia política e no saint-simonianismo, que vê o Estado como subordinado à sociedade e que, em consequência, tende a considerar o primeiro como passível de ser “reduzido” a suas condições de dependência da última — no caso de Marx, às relações de classes. É por isso que não há, em Marx, nenhum reconhecimento da existência possível do Estado como uma força independente: ele só se aproxima de tal reconhecimento ao argumentar que, no fenômeno do “bonapartismo”, onde há um “equilíbrio” de classes, o Estado torna-se, temporariamente, desligado da subserviência aos interesses de qualquer classe. Em contraste, a maior parte da sociologia de Weber está relacionada ao papel do Estado como uma agência que atua sobre a sociedade. Não é simplificação excessiva dizer que enquanto Marx olhou o Estado em termos de suas pressuposições sobre a infra-estrutura econômica da sociedade, Weber tendeu a olhar essa infra-estrutura em termos de um paradigma derivado de sua análise do crescimento do Estado. Para Weber, o “princípio de classe” está subordinado ao “princípio burocrático”. O exame das diferenças em questão entre as perspectivas de Marx e de Weber é, aqui, criticamente importante para a determinação dos fatores que sublinham qualquer justaposição de “classe” e “inexistência de classes”.

Weber não rejeita a noção de uma “sociedade sem classes”. Embora durante toda a sua vida, tenha resisitido ao advento do socialismo (pelo menos em sua forma marxista) na Alemanha, ele o considerou como uma possibilidade concreta, embora não desejável. O que repudiou especificamente foi a concepção de Marx de que a eliminação do sistema de classes capitalistas poderia trazer qualquer redução à “dominação do homem pelo homem”; ao contrário ela levaria, de fato, a uma extensão posterior de tal dominação, manifesta não em termos de mecanismos de mercado regressivos ou coercitivos, mas em termos de expansão do domínio burocrático do Estado sobre as vidas dos indivíduos. As fraquezas nas perspectivas estabelecidas por Marx e Weber sobre a estrutura de classes quanto ao Estado

---

8: Ver pp. 57-59, *acima*.

são complementares. Na concepção de Marx, o “poder” político existe apenas na medida em que “traduz” a assimetria coercitiva das relações de classes; na discussão de Weber, por outro lado, qualquer forma (racionalizada) de sistema de autoridade que envolva a coordenação de atividades de homens no interior da ordem política e econômica favorece necessariamente a subordinação da massa aos ditames de uns poucos. Em retrospecto, parece muito evidente que assim como Marx valeu-se fortemente do “princípio de classe” Weber superacentuou o significado do “princípio burocrático” por dois motivos. Um deles é simplesmente a proeminência que a questão do “legado de Bismark” — a hegemonia da burocracia prussiana como um resultado da ausência de uma forte liderança política na Alemanha — desempenhou como fonte de estímulo para os seus escritos sociológicos. O outro motivo relaciona-se à importância da oposição entre o carisma (irracional) e a racionalização, em seus trabalhos. A burocracia aparece como a aplicação da racionalidade à esfera da atividade humana e, portanto, representa o pólo de uma antítese que impregna toda a sociologia de Weber.

Sem tentar analisar todas as dificuldades levantadas pelas várias discussões que Weber faz sobre burocracia, podemos identificar dois problemas latentes em sua divergência de Marx sobre a natureza do Estado moderno. (1) Sobre que condições o Estado vem a separar-se da sociedade e, portanto, a não ser “responsável” por ela? (2) Sob que condições o Estado vem a expressar uma assimetria de interesses de classe? Na análise de Marx, supõe-se que essas questões sejam as mesmas; o Estado é um “poder independente” e separado apenas porque, e na medida em que, representa os interesses de uma classe em detrimento das outras. Para ele, a resposta à primeira questão é dada na resposta à segunda. Para Weber, por outro lado, a resposta à segunda é só um caso particular da resposta dada à primeira questão.

Ao falar do caráter “separado” ou “independente” do Estado no capitalismo, e ao contrastar essa situação com a prevista pela transcendência do Estado no socialismo, Marx não deseja afirmar que essa “separabilidade” só resida na diferenciação institucional de outras estruturas na sociedade, nem sustentar que a sua substituição signifique a sua “destruição” como tal instituição diferenciada. Portanto, o tipo de crítica ingênua comumente oferecido contra a perspectiva marxista de que em qualquer ordem industrial, quer capitalista ou socialista, a amplitude de atividades empreendidas pelo Estado

crece necessariamente, ao invés de diminuir, e é, por isso, completamente impossível supor que o Estado possa ser “erradicado”<sup>9</sup> — não é imediatamente relevante. O Estado é “separado” da sociedade precisamente na medida em que não é “responsável por ela”. A questão da superação do Estado, portanto, depende da superação das formas pelas quais o Estado é criado para servir a interesses setoriais, ao invés dos interesses da coletividade como um todo. O “problema burocrático”, para Marx, é uma das formas da subserviência do Estado a interesses setoriais — o que significa interesses de classe. Por mais limitada que seja a análise de Marx sobre a burocracia em alguns aspectos, ela não é, de maneira alguma, tão estéril quanto se diz geralmente quando comparada à formulação que Weber faz da questão; é a perspectiva de Weber — que liga a “separabilidade” do Estado a seu caráter como um sistema burocrático — que parece a mais ingênua e excessivamente simplificada. A perspectiva de Marx contém várias indicações concretas do caráter contingente do “princípio burocrático” e, portanto, também, da forma de sua superação com a “abolição” do Estado no socialismo.

Pode ser tomado como axiomático que a forma institucional de capitalismo (tanto para Marx quanto para Weber) seja manifesta como um “tipo puro” na proporção em que o papel do Estado está limitado à regulação de obrigações contratuais. O Estado capitalista (como ambos enfatizam) pressupõe assim, necessariamente, uma dicotomia entre a ordem econômica, deixada aberta ao jogo das forças de mercado, e a ordem política — uma dicotomia entre o “homem político” e o “econômico”. O erro de Marx e Weber, colocados em perspectivas opostas, foi supor a existência de pouca flexibilidade na amplitude de conexões possíveis entre o “Estado capitalista”, definido nestes termos, e a mediação de controle. A questão do caráter “separado” do Estado não pode ser adequadamente compreendida em termos de uma série de necessidades bem definidas que decorrem do livre jogo das relações de mercado.

## 2. A NATUREZA DA EXPLORAÇÃO DE CLASSE

Uma sociedade de classes, nos escritos de Marx, não é simplesmente uma sociedade em que acontece haver classes, mas uma sociedade na qual as relações de classes fornecem a chave para a explica-

9. Esse é o tipo de crítica feito por Durkheim (embora não especificamente contra Marx): ver *Professional Ethics and Civic Morals* (Londres, 1957), pp. 51 e segs.